

Fernando Cabecinha, Grão Mestre da Maçonaria Portuguesa “Vamos abrir uma nova Loja Macónica em Ponta Delgada”

Fernando Cabecinha, Grão Mestre da Maçonaria Portuguesa, está de visita à ilha de S. Miguel para reunir com maçons desta ilha. Fernando Cabecinha, que tomou posse há poucos meses, é reformado, tem 67 anos, e é pai de dois filhos, sendo considerado um dos maçons com maior influência em várias das 105 lojas do GOL. Ao contrário do que tem sucedido com muitos dos líderes da obediência, não tem qualquer filiação partidária. O “Diário dos Açores” entrevistou-o.

A que se deve a visita do Grão-Mestre da Maçonaria Portuguesa, aos Açores?

Para confraternizar com os maçons de Ponta Delgada e inaugurar um novo espaço para uma Loja maçónica continuar a trabalhar aqui.

Quantas Lojas Maçónicas, ativas existem nos Açores?

Quatro, espalhadas por três ilhas.

Como tem sido a evolução da Maçonaria dos Açores?

Data de 1792 a implantação da Maçonaria nos Açores, através da instauração de uma Loja maçónica em S. Miguel, onde se destaca a figura de Francisco António de Sousa, proveniente da Madeira.

Também nessa data consta a existência de uma Loja na Horta, à qual está ligada a figura de Tomás de Ornelas Frazão.

Em 1810, os deportados políticos do continente impulsionaram a maçonaria açoreana e serão eles que, depois da instauração definitiva do liberalismo, irão trabalhar de forma articulada em defesas dos interesses açoreanos no contexto político do País.

Em resultado dos movimentos civis, militares e políticos, na mudança do século XIX para o século XX, vamos assistindo a uma maior abrangência social na composição das Lojas açoreanas, passando a incluir os professores, os pequenos comerciantes e os empregados nos serviços.

Considerando que a cultura e o ensino são uma alavanca do progresso económico e social, durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, a ambição dos maçons açoreanos era elevar o pobre ao nível do rico em matéria cultural (*in* António Lopes, *A Maçonaria Portuguesa e os Açores (1792 – 1935)*, Ensaios, Lisboa, 2008).

A instauração da Ditadura militar em 1926, e particularmente a sua orientação mais antiparlamentar a partir de 1930, é marcante para o declínio da Maçonaria açoreana.

Depois do 25 de Abril, a Maçonaria voltou a organizar-se e foram surgindo novas Lojas que procuram dar continuidade ao trabalho ante-



riormente realizado, cumprindo o desígnio de aliar a tradição com a modernidade na defesa e afirmação dos valores da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade e manterem viva a escola de valores éticos e cívicos que visam o desenvolvimento da sociedade açoreana.

Como caracteriza a atividade da Maçonaria em Portugal e nos Açores, em particular?

Os maçons são baluartes na defesa de valores fundamentais de tolerância e da liberdade que, por sua vez, são pilares para o desenvolvimento das sociedades e do Homem.

Somos um espaço em que cultivamos esses valores e procuramos sempre o nosso aperfeiçoamento individual para melhor transmitirmos os nossos os Valores na sociedade, independentemente dos locais onde trabalhamos.

Ao fim de 220 anos de história do Grande Oriente Lusitano, continua a fazer sentido e a ter espaço a Maçonaria, no nosso país?

Hoje, mais do que nunca, os valores que defendemos são atuais e é urgente continuarem a ser garanti-

dos.

A humanidade sofre momentos de guerras, os direitos essenciais à vida, à qualidade de vida e as liberdades individuais e coletivas estão novamente a ser ameaçados.

Os efeitos cruzados de crises financeiras, de conflitos armados, da especulação e da corrupção ameaçam a vida de muitas pessoas, aumenta a pobreza e coloca em causa uma vida com dignidade para milhões de seres humanos.

Os princípios da liberdade, igualdade e fraternidade professados pela Maçonaria não são já um dado adquirido?

Como todos os dias constatamos, as Liberdades, a Igualdade de oportunidades a par da atenção ao que é desigual – e que tem de ter um tratamento diferenciado e digno –, a saúde pública, a educação, estão cada vez menos garantidas para todos.

Por outro lado, a Fraternidade (que significa, como afirmava António Arnaut, solidariedade com amor) precisa entrar nos corações dos membros de uma sociedade que progressivamente vai privilegiando o individualismo e a indiferença face

ao próximo.

Com tantos organismos, entidades públicas e privadas com missões de intervenção social, que papel resta à Maçonaria?

A atividade dos maçons não conflitua com a de outras organizações de carácter social.

Os maçons procuram acrescentar valor ao que já é feito e ao que é bem feito.

Infelizmente, todos somos poucos para minimizar o sofrimento gradual dos membros mais desfavorecidos da nossa sociedade.

Diria, assim, que resta o papel que os maçons souberem desempenhar, tal como o fizeram no passado e o fazem hoje.

Recorrentemente, se afirma que a Maçonaria desde a implantação da República em Portugal sempre teve poder de influência política e social. Podemos afirmar que continua a ter?

Temos o poder que as ideias e os valores que transportamos e transmitimos nos concedem. As ideias das liberdades e da sua defesa e garantia, em todos os aspetos da vida dos homens e mulheres são muito poderosas. Por isso os totalitarismos e os que os defendem não gostam de nós.

Como é exercido esse poder de influência? Como se materializa e como se distingue do tráfico de influências?

O maçom tem de respeitar as leis do Estado e combater corrupção. Este é um preceito do nosso juramento.

Quem pode ser Maçon?

Quem for livre e de bons costumes. Quem se der bem com a defesa da Liberdade e das Liberdades que tornam uma sociedade mais justa. Quem tenha vontade, tempo e espírito para esta caminhada sem fim para o aperfeiçoamento pessoal e o trabalho no desenvolvimento da sociedade.

Naturalmente sujeito a um escrutínio, se se confirmarem os preceitos necessários para ser maçom, dar-lhe-emos entrada.